

12ª Edição - 2012

EXAME



C N A I



Prova específica para atuação na área de auditoria nas Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB)

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 1/2012

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões para a prova específica para atuação na área de auditoria nas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB)

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas e as folhas de respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) alternativas, e 2 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. **Assinale a opção que apresenta o tipo de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) que não se encontra obrigada a ser auditada por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).**
 - a) Sociedades de arrendamento mercantil.
 - b) Sociedades de crédito ao microempreendedor.
 - c) As câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação.
 - d) As sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

2. **Assinale a opção que NÃO representa partes relacionadas de acordo com a Resolução CMN n.º 3.750/2009, que aprovou o CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.**
 - a) Uma pessoa, ou membro próximo de sua família, que tiver influência significativa sobre a entidade que reporta informação.
 - b) Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora.
 - c) Dois investidores simplesmente por compartilharem o controle conjunto sobre um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).
 - d) Controladora; controladas e coligadas.

3. **Assinale a opção INCORRETA.**
 - a) Os títulos e valores mobiliários, exceto ações não negociáveis, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.
 - b) Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos para negociação e disponíveis para venda devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida em conta destacada do patrimônio líquido quando relativa a títulos classificados na categoria títulos para negociação e a adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, quando relativa a títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda.
 - c) Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários devem ser computados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que foram classificados, observado que os relativos a ações adquiridas há menos de seis meses devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que registra o correspondente custo de aquisição.

d) A reavaliação dos títulos e valores mobiliários quanto à sua classificação, de acordo com os critérios de títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, somente poderá ser efetuada por ocasião de balanços semestrais.

4. As instituições financeiras e demais entidades obrigadas a contratar auditoria independente, segundo normas do CMN/BCB, devem proceder à substituição do pessoal envolvido nos trabalhos de auditoria após emitidos relatórios relativos a, no máximo, cinco exercícios completos. O termo pessoal relacionado aos auditores independentes refere-se a:

- a) auditor independente ou firma de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria independente.
- b) auditor responsável técnico dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis.
- c) auditor independente ou firma de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria interna.
- d) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante com função de gerência da equipe.

5. Na contagem de prazo do cálculo de encargos de operações ativas e passivas, para efeito do regime de competência:

- a) inclui-se o dia da operação e do vencimento.
- b) exclui-se o dia do vencimento e inclui-se o dia da operação.
- c) inclui-se o dia da operação e exclui-se o dia do vencimento.
- d) inclui-se o dia do vencimento e exclui-se o dia da operação.

6. Risco de crédito é definido na norma do CMN como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização do crédito pela deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos, às vantagens concedidas em renegociação, e aos custos de recuperação do crédito, EXCETO:

- a) o risco de crédito, pelo não cumprimento da liquidação por determinada contraparte, de operações que envolvam negociação de ativos financeiros, inclusive aqueles na forma de derivativos.
- b) a possibilidade de falha operacional, por erro ou fraude, de pessoas do quadro funcional da instituição, resultando em não liquidação de operação de crédito deferida a tomador.
- c) o risco país, relativo ao não cumprimento de obrigações financeiras por tomador ou contraparte localizada no exterior, por ação do governo do país onde está ele localizado.

- d) a possibilidade de desembolso da instituição para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

7. Na observância das normas do MNI/BCB sobre as atribuições da ouvidoria, assinale o conceito INCORRETO.

- a) As instituições que fazem parte de conglomerado financeiro podem instituir componente organizacional único que atuará em nome de todos os integrantes do grupo.
- b) O serviço prestado pela ouvidoria aos clientes e usuários dos produtos e serviços das instituições, por mais de três vezes no período de 1 (um) ano, será debitado em conta corrente do cliente/usuário, de acordo com tarifa divulgada pelo BCB.
- c) As ouvidorias das sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e das sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários que não façam parte de conglomerado financeiro podem firmar convênio com a associação de classe a que sejam afiliadas e com as bolsas de valores ou bolsas de mercadorias e de futuros nas quais realizem operações, para utilização de serviço de atendimento e assessoramento.
- d) Constitui atribuição da ouvidoria elaborar e encaminhar à auditoria externa, ao comitê de auditoria, quando existente, e ao conselho de administração ou, na sua ausência, à diretoria da instituição, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo com relação a sua atuação.

8. Políticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicadas pela entidade na preparação e na apresentação de demonstrações contábeis. Mudança na estimativa contábil é um ajuste nos saldos contábeis de ativo ou de passivo, ou nos montantes relativos ao consumo periódico de ativo, que decorre da avaliação da situação atual e das obrigações e dos benefícios futuros esperados associados aos ativos e passivos. Com relação a esse assunto, assinale a opção CORRETA:

- a) Quando a entidade decide alterar voluntariamente uma política contábil, a alteração deverá ser aplicada retrospectivamente, ou seja, com a reapresentação das demonstrações contábeis como se as novas políticas viessem sendo aplicadas desde a data mais antiga apresentada, exceto se for impraticável determinar os efeitos específicos de um período ou o efeito cumulativo da alteração.
- b) A entidade pode alterar uma política contábil se a alteração for exigida por um Pronunciamento, uma Interpretação ou uma Orientação ou se permitir que as demonstrações contábeis proporcionem informação confiável e mais relevante sobre os efeitos das transações, outros eventos ou condições na posição patrimonial e financeira, no desempenho financeiro ou nos fluxos de caixa da entidade e nos casos que entender adequado.
- c) As alterações nas estimativas contábeis resultam de nova informação ou maior experiência e, portanto, são reconhecidas retrospectivamente no resultado dos períodos apresentados para que as informações possam ser comparáveis.

- d) Erros de períodos anteriores incluem os efeitos de erros matemáticos e descuidos ou interpretações incorretas de fatos e fraudes, entretanto não incluem os efeitos de erros na aplicação de políticas contábeis.

9. Eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis são definidos como aqueles eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem as demonstrações e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações contábeis. A depender de sua natureza, a entidade deverá retroagir e ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações para que reflitam tais eventos.

A data final do período a que se refere as demonstrações contábeis da instituição financeira AA é 31 de dezembro de 2011. Em 18 de março de 2012, a diretoria executiva da entidade autoriza a emissão dessas demonstrações contábeis para o Conselho de Administração e esse as aprova em 26 de março de 2012. As demonstrações contábeis são disponibilizadas aos acionistas e a outras partes interessadas em 31 de março de 2012. Considerando tal exemplo, assinale a opção que corresponde ao evento subsequente que exige que a instituição financeira AA ajuste os valores reconhecidos em suas demonstrações em 31 de dezembro de 2011 ou reconheça itens que não tenham sido previamente reconhecidos.

- a) Anúncio em 28 de janeiro de 2012 de plano para descontinuar uma operação relevante em face dessa não ter apresentado resultados esperados nos últimos anos.
- b) Alteração na alíquota de imposto de renda, anunciada e promulgada em 20 de março de 2012 e que tem efeito significativo sobre os ativos e passivos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2011.
- c) Decisão proferida em processo judicial em 1º de março de 2012, cujo valor envolvido é relevante e substancialmente inferior ao provisionado em 31 de dezembro de 2011 para cobrir perdas com tal processo.
- d) Declínio relevante do valor de mercado de investimentos ocorrido em 2 de janeiro de 2012.

10. A Resolução CMN n.º 3.823/2009 aprovou a adoção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. De acordo com este pronunciamento, a definição CORRETA de passivo contingente é uma:

- a) obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- b) obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

- c) obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que é reconhecida porque é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação ou o valor da obrigação pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.
- d) obrigação que deriva de contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), legislação ou outra ação da lei.

11. A estrutura de gerenciamento de risco operacional, estabelecido no MNI (Manual de Normas Internas), deve estar capacitada a:

- a) detectar situações decorrentes da materialização do risco crédito e avaliar os impactos.
- b) identificar os eventos geradores de risco de mercado e monitorar as possibilidades de sua ocorrência.
- c) identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar risco operacional.
- d) implementar controles e procedimentos de mitigação de riscos de liquidez identificados pela administração da instituição.

12. Com relação ao gerenciamento de riscos operacionais constantes no MNI, assinale a opção CORRETA.

- a) A ocorrência de fraudes externas não se inclui como evento de risco operacional.
- b) Os relatórios que incluem a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional não precisam ser submetidos à diretoria das instituições, apenas ao conselho de administração.
- c) A descrição da estrutura de gerenciamento do risco operacional deve ser evidenciada em relatório de acesso restrito aos integrantes da instituição.
- d) A política de gerenciamento do risco operacional deve ser aprovada e revisada, no mínimo anualmente, pela diretoria e/ou conselho de administração das instituições.

13. De acordo com o BCB, quais as duas categorias nas quais as operações com instrumentos financeiros destinadas a *hedge* podem ser classificadas?

- a) *Hedge* de risco de mercado e *hedge* de fluxo de caixa.
- b) *Hedge* econômico e *hedge* cambial.
- c) *Hedge* de valor justo e *hedge* cambial.
- d) *Hedge* cambial e de fluxo de caixa.

14. As operações com instrumentos financeiros derivativos devem ser avaliadas pelo valor justo, no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida do resultado do período. Com relação ao assunto assinale a opção INCORRETA.

- a) Para fins da avaliação, a metodologia de apuração do valor de mercado não é de responsabilidade da instituição.
- b) A metodologia de apuração do valor de mercado deve ser estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, que levem em consideração a independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas em suas mesas de operação.
- c) Pode ser considerado como parâmetro de valor de mercado o preço médio de negociação representativo no dia da apuração ou, quando não disponível, o preço médio de negociação representativo no dia útil anterior.
- d) Pode ser considerado como parâmetro de valor de mercado o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

15. De acordo com a NBC TA 250 – Consideração de Leis e Regulamentos em Auditoria de Demonstrações Contábeis, os objetivos do auditor são, EXCETO:

- a) obter evidência de auditoria apropriada e suficiente no que se refere à conformidade com as disposições das leis e regulamentos geralmente reconhecidos por ter efeito direto na determinação dos valores e divulgações relevantes nas demonstrações contábeis.
- b) identificar e reportar imediatamente ao órgão regulador quaisquer não cumprimento de normas, leis e regulamentos.
- c) executar procedimentos de auditoria específicos para ajudar a identificar casos de não conformidade com outras leis e regulamentos que possam ter efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.
- d) responder adequadamente à não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos identificados durante a auditoria.

16. No caso de um Banco ter contratado limite de crédito com um cliente, não será considerada como exposição ponderada por fator de risco (PEPR) quando, no caso:

- a) de certeza do desembolso pelo tomador da linha de crédito, ainda que no futuro.
- b) de incerteza de saque por parte do tomador da linha de crédito.
- c) do direito de saque do cliente condicionado a depósito de garantia e este ainda não efetuado.
- d) de saque já efetuado pelo tomador do crédito.

17. Empréstimo em dólar tomado por uma instituição ligada (no exterior) deve entrar no cálculo de quais riscos (ou exposição ponderada por fator de risco – PEPR) na instituição financeira investidora?

- a) Em relação ao risco de mercado, a operação está sujeita ao risco cambial e pode estar sujeita também ao risco de taxa de juros, dependendo das condições pactuadas.
- b) Em relação ao risco de crédito, pelo valor efetivamente sacado.
- c) Em relação ao risco de mercado, a operação está sujeita unicamente ao risco cambial.
- d) Em relação ao risco de crédito, pelo valor de liquidação final do compromisso.

18. A parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), referente às exposições ponderadas por fator de risco (PEPR), deve ser, no mínimo, igual ao resultado da fórmula $PEPR = F \times EPR$, onde EPR é o somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Exposição de Risco (FPR). Já “F” fixado pela regulamentação prudencial brasileira (limite de Basileia), que foi considerado conservador e eficiente na proteção da capitalização das instituições financeiras brasileiras na última grande crise (de 2008), é percentualmente de:

- a) 100%.
- b) 52%.
- c) 21%.
- d) 11%.

19. Constatado o descumprimento dos padrões de capital estabelecidos pela regulamentação, o BCB convoca os representantes legais da instituição financeira e estabelece prazo não superior a 60 dias para que eles apresentem plano de regularização devidamente referendado pelos seus órgãos de administração, contendo as medidas previstas para o reenquadramento do capital nos padrões regulamentares e respectivo cronograma de execução no prazo de até seis meses prorrogável por mais dois períodos idênticos, para aprovação, ou não, da Autoridade Monetária. O Auditor Independente responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da instituição deverá elaborar:

- a) relatório de viabilidade econômico-financeira do plano de regularização para acompanhar a apresentação deste ao BCB.
- b) relatório mensal do acompanhamento da execução do plano de regularização, o qual deverá ficar à disposição do BCB.
- c) relatório de asseguarção da efetividade das medidas do plano de regularização quando da sua conclusão, para apresentação imediata ao BCB.
- d) relatório específico sobre a efetivação das medidas previstas no plano de regularização, para encaminhamento ao BCB junto ao seu relatório sobre as primeiras demonstrações contábeis após a conclusão do plano.

20. É de 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio de Referência (PR), o limite máximo de exposição por cliente a ser observado pelos bancos múltiplos, comerciais, de investimento, de câmbio, de desenvolvimento; caixas econômicas; sociedades de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil, de crédito imobiliário e companhias hipotecárias, na contratação de operações discriminadas abaixo, EXCETO:

- a) de crédito e de arrendamento mercantil.
- b) de prestação de garantias.
- c) com créditos decorrentes de operações com derivativos.
- d) em aplicações em quotas de fundos de investimentos.

21. O total dos recursos aplicados no Ativo Permanente não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BCB. Do conjunto de bens e direitos registrados no Ativo Permanente dessas instituições, os valores correspondentes a alguns deles não são computados para efeito de atendimento ao referido limite, como os de:

- a) bens imóveis, instalações e equipamentos.
- b) direitos adquiridos de Tecnologia da Informação (Soft).
- c) operações de arrendamento mercantil.
- d) ações de empresas controladas integralmente (subsidiárias).

22. Considerando as normas do COSIF referentes às operações com taxas pós-fixadas ou flutuantes, com base em uma operação de crédito concedida a cliente, com taxa pós-fixada e juro composto, assinale a opção que NÃO corresponde às referidas regras normativas.

- a) As operações da espécie são inicialmente contabilizadas pelo valor do principal, a débito ou a crédito das contas que as registram.
- b) As rendas e os encargos dessa operação são apropriados ao resultado ao final do contrato.
- c) As rendas e encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação da operação devem ser apropriados dentro do próprio mês, *pro rata temporis*, considerando-se o número de dias corridos.
- d) A apropriação das rendas e dos encargos mensais dessa operação faz-se mediante a utilização do método exponencial, segundo o indexador utilizado para correção do mês seguinte em relação ao mês corrente, *pro rata temporis*.

23. Assinale a opção que NÃO corresponde às regras estabelecidas no COSIF para Cooperativas de Crédito. As perdas apuradas ao final de cada semestre serão transferidas para o título SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS, cujo saldo, ao final do exercício, se devedor, DEVE SER, conforme deliberação da assembleia geral:

- a) absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente no título RESERVA LEGAL.
- b) absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente nos demais títulos do subgrupo RESERVAS DE LUCROS.
- c) mantido neste título para absorção com resultados positivos de exercícios seguintes.
- d) rateado entre os cooperados, quando insuficientes os recursos registrados em títulos do subgrupo RESERVAS DE LUCROS.

24. A atividade de auditoria interna deve fazer parte do sistema de controles internos das instituições financeiras e demais autorizadas pelo BCB. No caso de não executar esta atividade por unidade própria, pode ela ser exercida:

- a) pelos auditores independentes que também sejam responsáveis pela auditoria das suas demonstrações contábeis.
- b) por auditores independentes devidamente registrados na CVM, desde que não aquele responsável pela auditoria de suas demonstrações contábeis.
- c) por auditores independentes, desde que não aquele responsável pela auditoria de suas demonstrações contábeis.
- d) pela sua unidade responsável pela contabilidade de seus atos.

25. Os controles internos de uma instituição financeira, segundo a regulamentação do CMN/BCB, devem ser periodicamente revisados e atualizados, de forma que, além dos procedimentos em uso:

- a) sejam incorporadas medidas relacionadas a riscos novos ou anteriormente não abordados.
- b) haja segregação das atividades atribuídas aos integrantes da instituição de forma que seja evitado conflito de interesses.
- c) existam meios de identificar e avaliar fatores internos e externos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos da instituição.
- d) existam testes periódicos de segurança para os sistemas de informação, em especial para os mantidos em meio eletrônico.

26. O acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles internos pela auditoria interna deve ser objeto de relatório, no mínimo semestral, contendo o que segue, EXCETO:

- a) as conclusões dos exames efetuados.
- b) as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento delas, se for o caso.
- c) a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas efetivamente adotadas para saná-las.
- d) a manifestação dos responsáveis pela auditoria independente da instituição.

27. As cooperativas de crédito, as corretoras de TVM, as corretoras de câmbio e as distribuidoras de TVM, além das alternativas de exercer a atividade de auditoria interna a todas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo BCB, podendo ainda ser executada por:

- a) auditores independentes que também sejam responsáveis pela auditoria das suas demonstrações contábeis.
- b) auditoria da entidade ou associação de classe ou de órgão central que esteja filiada à instituição.
- c) contador devidamente registrado no respectivo Conselho Regional de Contabilidade não registrado na CVM e não componente de auditoria da entidade ou associação de classe ou de órgão central a que filiada à instituição.
- d) sua unidade responsável pela contabilidade de seus atos.

28. Das definições de carteiras de títulos de renda fixa, abaixo relacionadas, assinale a opção que representa a definição de Carteira de Terceiros Financiada.

- a) É a representada pelos títulos que permanecem em estoque para negociação, oriundos de compras definitivas ou recompras.
- b) É a que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.
- c) É a formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassada, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra.
- d) É a composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria da instituição vinculados ao mercado aberto.

29. O sistema de registro e liquidação financeira de ativos instituído recentemente por normas do CMN/BCB, objetiva que algumas modalidades de operações de cessão de crédito devem ou deverão nele ser registradas, tanto pela instituição cedente quanto pela cessionária. Com relação ao assunto, assinale a opção que representa o tipo de cessão que NÃO necessita de registro no referido sistema.

- a) Cessão de empréstimos e financiamentos com consignação das prestações em folha de pagamento.
- b) Cessão de financiamento de veículos automotores.
- c) Cessão de arrendamento mercantil.
- d) Cessão de crédito tributário.

30. Os financiamentos para importações amparadas por cartas de crédito a prazo ou por outras coobrigações são registrados quando efetivamente celebrados, na conta:

- a) FINANCIAMENTOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS, no adequado subtítulo, em contrapartida com a conta OBRIGAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS, no subtítulo adequado.
- b) IMPORTAÇÃO FINANCIADA – CÂMBIO CONTRATADO, em contrapartida com OBRIGAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS, no subtítulo adequado.
- c) OBRIGAÇÕES POR MOEDAS ESTRANGEIRAS, no subtítulo adequado, em contrapartida com a conta OBRIGAÇÕES COM IMPORTAÇÕES FINANCIADAS.
- d) IMPORTAÇÃO FINANCIADA – CÂMBIO CONTRATADO em contrapartida de CÂMBIO VENDIDO A LIQUIDAR.

31. Assinale a opção CORRETA.

- a) Todos os bancos são autorizados a efetuar todas as operações de câmbio.
- b) Os bancos de desenvolvimento, como os demais bancos, são autorizados a efetuar todas as operações de câmbio.
- c) As sociedades de crédito, financiamento e investimentos podem operar no mercado de câmbio, na modalidade de compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques e cheques de viagem relativos a viagens internacionais.
- d) As sociedades corretoras autorizadas a intermediar operações de câmbio ficam obrigadas a efetuar operações da espécie.

32. Leia a seguinte regra legal e, em seguida, assinale a opção INCORRETA. “É vedada a concessão de empréstimos ou adiantamentos, de forma direta ou indireta, por instituições financeiras públicas ou privadas, para”:

- a) pessoas físicas integrantes dos seus órgãos estatutários ou de seus controladores (sejam os seus controladores sociedades privadas ou governos e suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista).
- b) cônjuge, aos ascendentes ou descendentes, aos parentes na linha colateral até o segundo grau, consanguíneos ou afins, das pessoas físicas com vedação de concessão de empréstimos ou adiantamentos pela respectiva instituição financeira pública ou privada.
- c) empresas ou entidades controladas, direta ou indiretamente, por seus controladores (sejam os seus controladores sociedades privadas ou governos e suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista).
- d) pessoas físicas que sejam depositantes ou aplicadores em títulos de emissão ou aceite da instituição financeira considerada, em valores relevantes.

33. O Banco Comercial JOTA concedeu operação de crédito para a Comercial de Materiais de Construção Ltda., em 31 de janeiro de 2012, por desconto de duplicatas que totalizavam nessa data o valor de R\$180.000,00, compondo três parcelas mensais consecutivas de R\$60.000,00 cada uma, respectivamente em 28/2/12, 31/3/12 e 30/4/12. A taxa pactuada foi de 3,0% a.m. (três por cento ao mês calendário) linear. Considerando que a operação vem transcorrendo normalmente, com as duplicatas liquidadas nos respectivos prazos, quais são os corretos valores constantes como saldos das adequadas contas que devem constar no balancete de 31/3/12 do Banco Comercial JOTA?

- a) Financiamentos com R\$58.200,00 e Rendas de Financiamentos com R\$9.000,00.
- b) Empréstimos com R\$60.000,00 e Rendas de Empréstimos com R\$10.800,00.
- c) Títulos Descontados com R\$58.200,00 e Rendas de Títulos Descontados com R\$9.000,00.
- d) Operações de Crédito com R\$60.000,00 e Rendas com Títulos Descontados com R\$10.800,00.

34. O Banco ABC concedeu operação de crédito para capital de giro da Industrial XP, no valor de R\$500.000,00, com taxa prefixada de 2,5% a.m. (dois e meio por cento ao mês) e pagamento final no prazo de seis meses. Em 31 de março de 2012, o Banco ABC creditou na conta corrente de depósitos à vista da Industrial XP o valor da operação líquido do IOF. Quais os efeitos desta operação na conta patrimonial representativa desta operação e na respectiva conta de resultado no balancete de 30/6/2012 do Banco ABC?

- a) Financiamentos com R\$537.500,00 e Rendas de Financiamentos com R\$37.500,00.
- b) Empréstimos com R\$538.455,31 e Rendas de Empréstimos com R\$38.445,31.

- c) Financiamentos com R\$538.455,31 e Rendas de Financiamentos com R\$38.445,31.
d) Empréstimos com R\$537.500,00 e Rendas de Empréstimos com R\$37.500,00.

35. O Banco XYZ concedeu à Cia. Industrial Brasileira, operação de crédito para a construção de sua nova planta industrial, na ordem de R\$600.000.000,00, correspondendo a 80% (oitenta por cento) do investimento total considerado. O valor concedido será liberado em duas etapas semestrais, respectivamente de R\$300.000.000,00 cada uma, sendo a primeira em 31 de março de 2012, para amortizações mensais de principal e juros em 48 meses, após um ano de carência a contar da data da primeira liberação de recursos. Foi pactuada taxa pós-fixada, vinculada à TJLP (considerar de 0,5% a.m. (meio por cento) no período para efeito de cálculo) e mais juros de 0,4% a.m. (zero vírgula quatro por cento). Com relação ao que deve ser evidenciado no balancete de 31 de maio de 2012 do Banco XYZ, em valores constantes nas adequadas contas estabelecidas pelo COSIF, assinale a opção CORRETA.

- a) Empréstimos com R\$305.000.000,00 e Rendas de Empréstimos com R\$5.000.000,00.
b) Empréstimos com R\$305.436.408,12 e Rendas de Empréstimos com R\$5.436.408,12.
c) Financiamentos com R\$305.000.000,00 e Rendas de Financiamentos com R\$5.000.000,00.
d) Financiamentos com R\$305.436.408,12 e Rendas de Financiamentos com R\$5.436.408,12.

36. O contador do Banco DEF recebeu o relatório com a classificação das operações de crédito do mês atual, para efeito do cálculo da provisão relativa aos créditos de liquidação duvidosa que deve constar no balancete do mês, conforme o COSIF. De posse desses dados, preparou a planilha de cálculo abaixo, para o confronto e controle dos dados. Assinale a opção que apresenta o valor que deve ser acrescido ou reduzido no saldo da provisão do mês anterior e qual deve ser o saldo do mês atual.

OPERAÇÃO POR	% PCLD	MÊS ANTERIOR	MÊS ATUAL	PCLD	PCLD
NÍVEL DE RISCO		R\$	R\$	ANTERIOR	ATUAL
AA	0,0%	100.000.000,00	110.000.000,00	-	-
A	0,5%	20.000.000,00	21.000.000,00	100.000,00	105.000,00
B	1,0%	2.000.000,00	3.000.000,00	20.000,00	30.000,00
C	3,0%	1.000.000,00	1.500.000,00	30.000,00	45.000,00
D	10,0%	500.000,00	600.000,00	50.000,00	60.000,00
E	30,0%	100.000,00	200.000,00	30.000,00	60.000,00
F	50,0%	100.000,00	150.000,00	50.000,00	75.000,00
G	70,0%	100.000,00	100.000,00	70.000,00	70.000,00
H	100,0%	300.000,00	350.000,00	300.000,00	350.000,00

- a) R\$145.000,00 e R\$795.000,00.
- b) R\$795.000,00 e R\$136.900.000,00.
- c) R\$124.100.000,00 e R\$136.900.000,00.
- d) R\$650.000,00 e R\$795.000,00.

37. A posição de 100.000 Letras do Tesouro Nacional foi comprada pelo Banco GHI em 1º de março de 2012, pelo PU (Preço Unitário) de R\$934,36. Esses títulos foram mantidos em carteira até o dia 30 de março de 2012, quando, por necessidade de liberar empréstimo concedido a cliente, os referidos títulos foram vendidos para o Banco JKL por um PU de R\$943,11. O Banco GHI tinha previsto a liberação de empréstimo a cliente, que acabou frustrada por outras circunstâncias, ficando então previsto essa liberação para o dia 1º de abril de 2012.

Dessa forma, o Banco GHI, em 31 de março, necessitando remunerar o recurso de Tesouraria que ficou livre, financiou a posição de papéis do Banco JKL, na mesma posição de papéis antes vendidos àquele Banco, com compromisso de revenda acertado para o dia 1º de abril, combinado com compromisso de recompra firmado pelo Banco JKL, a uma taxa de 0,05% (cinco décimos por cento) no período. Indique a opção que apresenta os saldos das contas patrimoniais e de resultados decorrentes das operações com esses títulos que constam no balancete de 31 de março de 2012 do Banco GHI.

- a) R\$94.311.000,00 em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa Vinculados a Recompras – LTNs no Ativo e igual valor em Obrigações por Operações Compromissadas – Recompras a Liquidar – Carteira Própria – LTNs no Passivo e R\$922.160,00 em Rendas de Títulos de Renda Fixa.
- b) R\$93.358.160,00 TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa – LTNs no Ativo e igual valor em Obrigações por Operações Compromissadas – Recompras a Liquidar – Carteira Própria – LTNs no Passivo e R\$0,00 em contas de resultados.
- c) R\$94.311.000,00 em TVMs e IFDs – Revendas a Liquidar – Posição Bancada – LTNs e R\$875.000,00 em Rendas de Títulos de Renda Fixa.
- d) R\$93.358.160,00 em TVMs e IFDs – Títulos de Renda Fixa – LTNs e R\$911.300.000,00 em Rendas de Títulos de Renda Fixa.

38. O retorno de responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante da equipe de auditores independentes, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria pode ser efetuado, contados a partir da data de sua substituição em:

- a) 2 (dois) anos.
- b) 3 (três) anos.
- c) 4 (quatro) anos.
- d) 5 (cinco) anos.

39. Quanto à emissão de relatórios e procedimentos sobre as atividades de ouvidoria, assinale a opção que NÃO se encontra adequada às normas do BCB.

- a) As informações e a documentação relativas às reclamações e providências tomadas pela ouvidoria deverão permanecer à disposição do BCB na sede das instituições pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.
- b) O diretor responsável pela ouvidoria deve elaborar relatório semestral, na forma definida pelo BCB, relativo às atividades de ouvidoria nas datas de 30 de junho e 31 de dezembro e sempre que identificada ocorrência relevante.
- c) O relatório semestral elaborado pelo diretor responsável pela ouvidoria deve ser revisado pela auditoria externa, a qual deve manifestar acerca da qualidade e da adequação da estrutura, dos sistemas e dos procedimentos da ouvidoria.
- d) É vedada às cooperativas de crédito firmar convênio com cooperativa central a qual seja afiliada ou qualquer outro órgão, para utilização de serviço de atendimento e assessoramento.

40. Nas operações de derivativos de crédito nas instituições financeiras, são as seguintes as modalidades possíveis de realização, EXCETO:

- a) *Swap* de crédito, quando a contraparte receptora do risco for remunerada com base em taxa de proteção.
- b) *Swap* de taxa de retorno total, quando a contraparte receptora do risco for remunerada com base no fluxo de recebimento de encargos e de contraprestações vinculados ao ativo subjacente.
- c) Somente os bancos múltiplos podem atuar na qualidade de contraparte receptora do risco de crédito.
- d) É vedada a realização de operações de derivativos de crédito cujos fluxos não estejam na mesma moeda ou indexador do ativo subjacente.

41. Sobre a constituição e formação do quadro social das cooperativas de crédito, assinale a opção CORRETA.

- a) Cooperativas singulares são constituídas por um número mínimo de 50 (cinquenta) pessoas físicas.
- b) Cooperativas centrais ou federação de cooperativas são constituídas, no mínimo, por 10 (dez) cooperativas singulares de crédito.
- c) Confederações de cooperativas são constituídas, no mínimo, por 10 (dez) cooperativas centrais de crédito.
- d) Excepcionalmente, a cooperativa de crédito rural poderá ter seu quadro social formado por pessoas jurídicas que exerçam a mesma atividade.

42. Na contabilização de operações de arrendamento mercantil, assinale a opção que se encontra em DESACORDO com as normas do BCB.

- a) Os adiantamentos a fornecedores e as respectivas comissões de compromisso devidas pelo arrendatário antes do início do contrato de arrendamento registram-se a débito de Adiantamentos a Fornecedores por conta de Arrendatários ou Subarrendatários.
- b) O valor de adiantamentos a fornecedores por conta de arrendatários ou de subarrendatários transfere-se para BENS ARRENDADOS quando do encerramento do contrato.
- c) As comissões de compromissos são apropriadas como receita efetiva na data em que forem exigíveis, nas contas de rendas de arrendamentos ou de subarrendamentos, conforme o caso.
- d) Se as comissões de compromisso forem recebíveis por inclusão nas contraprestações a receber, são apropriadas como receita efetiva e nas datas em que tais contraprestações forem exigíveis.

43. Na contabilização de operações com ouro, assinale a opção que NÃO se encontra em conformidade com o COSIF.

- a) As aquisições de ouro no mercado físico registram-se em APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS EM OURO pelo custo total, em subtítulos de uso interno que identifiquem suas características de quantidade, procedência e qualidade.
- b) O saldo das aplicações em ouro físico ou certificado de custódia de ouro e o saldo dos contratos de mútuo de ouro, por ocasião dos balancetes e balanços, devem ser ajustados com base no valor de mercado do metal, fornecido pelo BCB.
- c) A contrapartida do ajuste positivo ou negativo nas operações com ouro deve ser registrada em conta adequada do Patrimônio Líquido até a negociação final do estoque que deu origem ao ajuste.
- d) As despesas com transporte, custódia, refino, chancela, impostos e outras inerentes ao ciclo operacional de negociação do metal, bem como de corretagem, devem ser agregadas ao custo do ouro.

44. De acordo com as regras previstas no COSIF, nas instituições financeiras, quando o balanço patrimonial ou balancete de verificação da coligada ou controlada apresentar período de defasagem em relação ao balancete ou balanço patrimonial da investidora, deve-se proceder a ajustes do valor contábil do investimento, para fins da equivalência patrimonial, que contemplem, EXCETO:

- a) aumento de capital social da investida em processamento ou concluído no período de defasagem.
- b) reincorporação ao valor contábil do investimento de dividendos recebidos no período de defasagem.
- c) outros eventos relevantes.
- d) não considerar qualquer valor em período de defasagem.

45. Sobre as aplicações em imóveis nas instituições financeiras, assinale a opção que se encontra em conformidade com as normas do BCB.

- a) Os imóveis de uso da instituição escrituram-se na sede ou nas dependências os quais fazem parte, pelo preço de aquisição, neste incluídas as despesas acessórias indispensáveis, ainda que anteriores à escritura, tais como emolumentos cartorários, corretagens e outras.
- b) Os impostos pagos na aquisição de bens do imobilizado deverão, necessariamente, ser deduzidos como despesa operacional, salvo os pagos na importação de bens e o valor da contribuição de melhoria, que acrescerão o custo de aquisição.
- c) Os bens imóveis, mantidos em estoque e conceituados como bens de consumo durável, registram-se em **MÓVEIS E EQUIPAMENTOS EM ESTOQUE**, do Imobilizado de Uso.
- d) Por ocasião dos balancetes e balanços, os imóveis de uso próprio e demais bens classificados no Imobilizado de Uso registram-se pelo custo de aquisição, indicando-se, dedutivamente, o saldo das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva depreciação acumulada.

46. A taxa de adesão em um grupo de consórcio deverá ser escriturada como receita, na administradora:

- a) por ocasião do seu efetivo recebimento.
- b) no momento em que ocorrer o primeiro sorteio.
- c) somente após aprovação pelo BCB da formação do grupo.
- d) no momento da entrega do bem ou valor objeto do sorteio.

47. Nos balancetes/balanços de março, junho, setembro e dezembro das administradoras de consórcios, os valores classificados no Ativo e Passivo Circulantes e Longo Prazo devem ser segregados em realizáveis e exigíveis em até:

- a) 90 dias e após 90 dias.
- b) 180 dias e após 180 dias.
- c) 270 dias e após 270 dias.
- d) 360 dias e após 360 dias.

48. A partir de 1º de janeiro de 2012, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo BCB devem elaborar nota explicativa específica às demonstrações contábeis, divulgando o montante das operações objeto de venda ou transferência de ativos financeiros e a descrição da natureza dos riscos e os benefícios aos quais continua exposta, por categoria de ativo financeiro, nas operações que:

- a) apresentem retenção substancial de riscos e benefícios.
- b) apresentem transferência substancial de riscos e benefícios.
- c) não apresentem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.
- d) não apresentem retenção substancial de riscos e benefícios.

49. O BCB atualizou o COSIF, criando e alterando função de títulos contábeis para registro do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida, uma vez que:

- a) tornado obrigatório o reconhecimento imediato dos efeitos da operação renegociada no resultado.
- b) facultado o seu diferimento pelo prazo de quatro exercícios a partir de 2012, inclusive, ou prazo do vencimento da operação renegociada, o que for menor.
- c) facultado o seu diferimento pelo prazo do vencimento da operação renegociada.
- d) tornado obrigatório o registro dos efeitos em conta destacada do patrimônio líquido para reconhecimento em resultados no decurso do prazo da operação renegociada.

50. O BCB é o órgão executivo central do SFN (Sistema Financeiro Nacional), cabendo-lhe a responsabilidade de executar as disposições legais pertinentes e as normativas expedidas pelo CMN, sendo de sua privativa competência as atribuições abaixo, EXCETO a de:

- a) receber os recolhimentos compulsórios dos bancos comerciais e os depósitos voluntários das instituições financeiras e bancárias que operam no País.
- b) exercer o controle do crédito sob todas as suas formas.
- c) emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado.
- d) exercer a fiscalização das instituições financeiras, punindo-as quando necessário.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 51. Desenvolva comentários acerca do conceito e objetivo do Patrimônio de Referência (PR), bem como sobre quais os itens das demonstrações contábeis devem ser somados e/ou subtraídos para a apuração deste.**
- 52. A Ouvidoria integra a estrutura organizacional da instituição financeira, atuando como canal de comunicação entre essa e seus clientes e usuários de seus produtos e serviços. Nesse sentido, discorra sobre os principais aspectos a serem observados pelas instituições financeiras para que a Ouvidoria cumpra sua missão.**

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>